

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico a serviço do Império

Luís César Castrillon Mendes*

Palavras iniciais

Este texto é parte de uma pesquisa de mestrado que tem como objeto a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), nos seus primeiros anos de funcionamento. Busca-se analisar o periódico enquanto instrumento de legitimação do projeto do Estado brasileiro em se forjar a nação, mas neste universo, para este artigo trabalhamos com dois temas específicos: os objetivos da instituição e as personagens que se tornariam os grandes protagonistas, ao criarem procedimentos para que os objetivos fossem alcançados.

Cabe explicitar inicialmente que ao ser criado o IHGB buscava coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil. Além disso, propunha-se a manter correspondências com sociedades estrangeiras de igual natureza; e se ramificar pelas províncias do Império, através da criação de núcleos regionais, para mais fácil desempenho dos fins que se propõe¹.

Para que estes objetivos fossem cumpridos, seus sócios, ou seja, os personagens que lhe regia, vale dizer José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), presidente; Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), primeiro secretário perpétuo e Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), vice-presidente: o visconde, o cônego e o marechal, respectivamente, envidariam todos os seus esforços.

Em seu discurso inaugural, na primeira sessão, Januário da Cunha Barbosa lançaria três propostas sobre procedimentos políticos e metodológicos imediatamente adotados, aprovadas unanimemente pelos sócios presentes:

* Licenciado em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e bolsista CAPES.

¹ IHGB, *Extrato dos Estatutos*. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 18.

1) Proponho que o Instituto peça a S. M. I. que aceite o título de seu protetor.

2) Proponho que se organize uma instrução sobre o modo de haver notícias históricas e geográficas acerca do Brasil, para remeter aos nossos correspondentes, e poder melhor deles haver os manuscritos e outros objetos que nos possam ser úteis.

3) Proponho que na próxima sessão entre já em discussão o ponto seguinte: - Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões².

Estes trechos indicados pelo secretário perpétuo são reveladores enquanto evidências de uma preocupação em se coletar documentos para abastecer uma memória, uma preocupação com a periodização da história, separando o antigo do moderno, além de garantir acesso ao Paço Imperial, por meio da aproximação com o jovem monarca D. Pedro II.

Com o intuito de melhor ilustrar essa vinculação do Instituto com o poder central, buscamos analisar as atas das sessões ordinárias publicadas no periódico, entre os anos de 1839, início de sua circulação e 1846, ano de morte do cônego Januário e de publicação do último volume da *Primeira Série da Revista*.

Conforme observações das sessões ordinárias e dos relatórios de finais de ano, publicados no periódico do IHGB, notamos algumas preocupações por parte dos sócios, a maioria funcionários de carreira na máquina estatal, em coletar documentos nas províncias e no exterior para se constituir uma memória nacional e eleger os grandes vultos da pátria para protagonizarem-na. Esses documentos teriam relevância à medida que trouxessem informações estatísticas, geográficas, históricas ou etnográficas sobre os territórios do interior, principalmente os localizados nas regiões de fronteira, ante ao iminente perigo de uma fragmentação territorial a exemplo das Repúblicas emancipadas de Castela.

Na quinta sessão do Instituto, por exemplo, em 16 de fevereiro de 1839, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, presidente do Instituto, leu

² IHGB, Januário da Cunha Barbosa. *Ata da 1ª sessão em 01/12/1838*. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 57.

um trabalho intitulado: *Quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?* Julgada de suma importância, a sua imediata publicação foi aprovada pelos associados presentes³. Nota-se que as preocupações imediatas do Instituto, em consonância com o projeto de nação por parte da Monarquia seriam integração territorial e manutenção da unidade nacional.

As primeiras produções dos sócios publicadas na Revista traduziriam os anseios e os receios dos consócios do Instituto, no momento de sua implantação. E vale observar, muitos deles são reminiscências de um passado não tão distante e de instituições e periódicos anteriores à fundação do Instituto Histórico, como as Academias Brasílicas dos Esquecidos (1724) e a dos Renascidos (1759), ambas na cidade de Salvador, a Casa Literária do Arco do Cego, que funcionou em Lisboa entre os anos de 1799 e 1801 e *O Patriota*, um jornal editado no Rio de Janeiro nos anos de 1813 e 1814.

O periódico do IHGB enquanto fonte/objeto para pesquisa

As fontes têm historicidade: documentos que “falavam” com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir. (PINSKY, 2008: 07).

As fontes não aparecem nos arquivos de uma forma inocente, natural. Para Albuquerque Junior (2007: 25), elas são frutos de operações políticas e de sentido, produzidas no seu tempo obedecendo a intencionalidades, ou seja, as evidências em seu próprio tempo são fabricadas.

Eleger periódicos como fontes para a pesquisa requer alguns cuidados metodológicos. Não se pode confiar na retórica da documentação e nem em seus discursos unificadores e homogeneizadores. Neste sentido, Tânia Regina de Luca (2008: 140), oferece algumas sugestões práticas no trato com este tipo de documentação. A primeira delas é a de se atentar para a disponibilidade das longas séries; o que no caso da *Revista* do IHGB, há publicação ininterrupta, desde 1839, até os dias de hoje.

³ Ata da 5ª sessão. RIHGB, 1839, Tomo I, p. 62.

Para o uso das revistas, continua a autora, é preciso observar as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Jean François Sirinelli observou que uma revista é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Aí reside a importância de se identificar autores, editores, colaboradores mais assíduos e os textos selecionados para a veiculação. Observar as ligações com diferentes poderes e interesses financeiros, bem como ao público a que se destina (SIRINELLI, 1996: 249).

O Instituto no Rio de Janeiro, por meio de sua *Revista*, tratava de idealizar as diretrizes para um projeto de integração das diversas províncias à Corte, a partir de um monopólio do saber historiográfico. Com base nas questões do tempo presente se escolheria no passado materiais e personagens eleitos para fazerem parte dessa história nacional.

A *Revista* do IHGB, inicialmente com uma tiragem de 500 exemplares, possuía um público certo. Seus receptores imediatos seriam seus próprios sócios, que já se aproximavam de 200 no final do primeiro ano de existência. Recebiam-nas também as sociedades com as quais o Instituto mantinha estreita correspondência no Brasil e no exterior, além das secretarias de governo e bibliotecas provinciais. No ano de 1889, por exemplo, a quantidade de exemplares que circulava em instituições era de 233; sendo que 97 nas nacionais e 136 nas estrangeiras. Nas províncias circulavam 57 exemplares, sendo que na do Rio de Janeiro concentrava quase a metade dos exemplares (SANCHES, 2003).

A organização interna da Revista difere em sua estrutura, se comparada com a das revistas atuais. Nesses primeiros anos não havia uma separação dos textos por temas ou natureza. Ela abordava, sem muita ordem, documentos históricos, na sua grande maioria, geralmente do passado colonial e textos contemporâneos de autoria dos seus sócios, divididos em Memórias, temáticas da história pátria desenvolvidas pelos sócios, lidas nas sessões e desenvolvimento de Programas históricos sorteados ou indicados pelo Imperador, geralmente esses programas constituíam-se em pontos duvidosos sobre a história e geografia, debatidos nas sessões. Espaço bem delimitado no periódico era dirigido para as seções reservadas às atas das sessões ordinárias e assembleias, às biografias de figuras consideradas como grandes personagens históricas, bem como para os necrológios dos sócios. A *Revista* trazia uma paginação continuada com o objetivo de formar um único volume ao final do ano, aproximando-se da “perenidade do livro”.

A *Revista*, até pela sua longevidade, nem sempre se manteve imutável referente ao título, epígrafes, vinhetas, periodicidade, séries, numeração, impressores, circulação e tiragem. Até 1850, por exemplo, trazia no seu título, uma hesitação entre *Revista* e *Jornal*, o que, para Edney Sanches (2003), evidencia a sutil diferenciação entre esses gêneros à época do lançamento do periódico e mesmo depois de algum tempo de circulação.

Como mostrado numa das citações que foram usadas como epígrafe neste artigo, além da preocupação com a moderna escrita da história, o IHGB tratou de vincular-se ao imperador D. Pedro II, pedindo a sua imediata proteção. A primeira sede do IHGB foi o prédio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), uma entidade que visava o desenvolvimento da agricultura e da indústria nacionais, cujos sócios fundaram o Instituto Histórico. Em 1839 o título da Revista era: *Revista trimestral de História e Geografia ou jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. No ano seguinte incorporaria a frase *Debaixo da imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II*, passando a utilizar as instalações no Paço Imperial e a partir de 1849 tornava-se constante nas reuniões a presença do Imperador.

O texto que inaugura o primeiro volume da Revista, publicado em 1839, é de autoria do primeiro secretário, o cônego Januário da Cunha Barbosa, responsável pela edição da Revista até a sua morte. No seu discurso destaca-se a necessidade de se selecionar, nos seus termos, *fatos notáveis da história, salvando-os da indigna obscuridade que jazem até o momento*. Antes da escrita da História deveria se constituir uma memória para a nação, por meio de um minucioso inventário em arquivos estrangeiros e nas províncias. Uma história que fosse geral e filosófica, elaborada por um historiador comprometido com a Monarquia brasileira. Ao concluir, Cunha Barbosa exalta o Instituto:

Desculpai-me senhores, se na fraca exposição das vantagens que podem emanar da fundação de nosso instituto, eu mais tive em vista a glória nacional, que sempre me faz bater o coração em peito brasileiro, do que a dificuldade das empresas a que nos endereçamos. Este majestoso edifício tem por fundamentos ao amor da pátria e o amor das letras⁴.

⁴ IHGB, Januário da Cunha Barbosa. *Discurso inaugural no ato de estatuir-se o IHGB*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1839, Tomo I, p. 20.

Em 19 de janeiro de 1839, durante a terceira sessão do Instituto, o marechal de campo, Raimundo José da Cunha Matos leu a sua Memória, em resposta à solicitação do cônego, na primeira sessão sobre as épocas da história do Brasil, abordando a maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil⁵. Este documento trazia algumas sugestões para a escrita histórica da nação. Segundo Cunha Matos, a história do Império deveria ser uma *história geral e filosófica. A historia só pode ser composta por filósofos*, dizia ele⁶. Os melhores materiais para escrevê-la seriam os monumentos: *inscrições abertas em lâminas de pedra e metálicas, cartas de sesmarias, diplomas legislativos, cartas imperiais ou régias, termos de posse dos governadores, bispos, magistrados, oficiais municipais*⁷. O marechal propõe três divisões ou épocas para a história do Brasil: a primeira trataria dos Aborígenes ou Autóctones; a segunda parte abordaria o Descobrimento do Brasil e a terceira época, a Independência política⁸.

Apesar de ter sido lida logo na terceira sessão, este trabalho de Cunha Matos foi publicado somente 25 anos depois, em 1863. Por que esse “descaso” com a publicação dos escritos do marechal de campo, um dos grandes idealizadores do IHGB, ao lado do cônego? Talvez uma das razões possa ter sido uma divergência quanto ao modelo de história a ser seguido com o seu consócio fundador, que além de primeiro secretário, era chefe da comissão de redação da Revista.

Para o marechal Cunha Matos, antes de uma história nacional seria necessária a escrita da história das províncias ou das partes do Império. Ao comparar a Memória do marechal com o Discurso do cônego, percebemos uma divergência acerca da forma de se escrever a história: o marechal achava que seria impossível tal escrita de imediato, visto ainda existirem grandes lacunas nos conhecimentos históricos disponíveis, motivado, dentre outros fatores, pelo até então desconhecimento de grande parte do território brasileiro.

Já para o cônego Cunha Barbosa, essa tarefa seria elaborada facilmente desde que em equipe e sobre a tutela do Instituto:

⁵ IHGB, Raimundo José da Cunha Matos. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Revista do IHGB, 1863, Tomo XXVI, p. 121-43.

⁶ IHGB, MATTOS, Raimundo José da Cunha. Op. Cit., p.127.

⁷ Idem, p. 137-8.

⁸ Idem, p. 17.

*Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior às forças de um só homem ainda o mais empreendedor, tornar-se-ia fácil pela coadjuvação de muitos brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que atraídos ao nosso Instituto pela glória nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma História Geral e Filosófica do Brasil*⁹.

O Instituto determinava não apenas o que deveria ser enviado à Corte, mas também a forma que se deveria proceder na coleta de documentos para compor o acervo memorialístico da nação. Os conteúdos das atas das sessões são bastante elucidativos a esse respeito. O texto de Cunha Barbosa *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do IHGB, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*¹⁰ e o do diplomata Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855), *Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil*¹¹, tornam-se emblemáticos à medida que denotam um procedimento padrão na pesquisa documental, principalmente o que deve ser selecionado e de que maneira.

O texto de Silva Pontes, o Discurso inaugural de Cunha Barbosa e a Dissertação “lida, mas não publicada” de Cunha Mattos, constituem os trabalhos que o saudoso historiador Manoel Salgado Guimarães denominou *textos de fundação* (2007: 99), fundação no sentido de uma forma peculiar de escrita, do ponto de vista nacional, elaborada por historiadores que fossem comprometidos com a Monarquia constitucional de Pedro II. Passagem de uma história de base filosófica e iluminista para uma história concebida como ciência empírica dos fatos passados. (GUIMARÃES, 2006: 72).

De acordo com Arno Wehling, mais do que o romantismo e o nacionalismo, no plano ideológico, foi o historicismo iluminista, no plano teórico-metodológico, que

⁹ IHGB, Januário da Cunha Barbosa. *Discurso*. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 12.

¹⁰ IHGB, Januário da Cunha Barbosa. *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 141-3.

¹¹ IHGB, PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. *Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil*. Revista do IHGB, 1841, Tomo III, p. 149-57.

norteou a concepção histórica dos fundadores do Instituto. Uma história tríplice: filosófica, pragmática e crítica; a crença na idéia da existência de leis naturais e a possibilidade da previsão histórica acerca do futuro da nação. (WEHLING, 1999: 43)¹².

A Revista do Instituto e um grande historiador: *locus* privilegiado para pesquisa

Os trabalhos que conseguiriam espaço no periódico do Instituto serão analisados enquanto resultados das *lutas de representação* no interior do grêmio. Um procedimento que Michel de Certeau denominaria *operação historiográfica*, com seus ditos e não ditos; constituindo dessa maneira, um *lugar social* de produção discursiva, qual seja, o centro do Império, uma *sociedade de Corte* articulada aos propósitos do Estado monárquico referentes à construção nacional.

Ao elaborar um estudo precursor sobre o IHGB, Salgado Guimarães analisou esta instituição articulada com o projeto de construção da idéia de nação e civilização no Brasil Imperial. Em relação à *Revista*, afirmou que ela se constituía em espaço privilegiado para se rastrear o projeto ambicioso do Instituto Histórico, pois além de registrar as suas atividades por meio de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, suas páginas se abriram à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte representativa de seu conteúdo nos primeiros tempos; de artigos, biografias e resenhas de obras (GUIMARÃES, 1988).

Em uma análise do conteúdo do periódico pôde-se verificar a incidência dos três temas predominantes, já observados por Guimarães: 1) a questão da “problemática” indígena; 2) as viagens e explorações ao território brasileiro e 3) a história “regional”.

Mato Grosso colonial, por exemplo, assim como outras regiões de fronteira, era uma constante preocupação por parte do Instituto, principalmente nos assuntos relacionados à delimitação de suas raias, fazendo-se muito mais presente na *Revista* no

¹² WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999: 43.

período que antecedeu a Guerra da Tríplice Aliança com o Paraguai (1864-70)¹³, surgindo ora como Capitania, condição de 1748 até 1822, ora como Província (1822-89), evidenciando preocupações por parte do Instituto também com os acontecimentos do tempo presente, principalmente eventos envolvendo questões de limites, descrições geográficas e de rios e a questão da navegação fluvial com a República paraguaia.

Após o término do conflito até o final do período imperial, em 1889, Mato Grosso praticamente desaparece das páginas da *Revista*, cedendo lugar para outras regiões como Pernambuco e Rio Grande do Sul. Acontece que essas duas regiões, até o final da guerra no Prata não se fizeram tão presentes na *Revista*, nos primeiros anos de sua publicação, já que foram cenários de conflitos recentes contra a ordem estabelecida pelo governo no Rio de Janeiro. Pernambuco pela Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824 e o Rio Grande do Sul pelo Movimento Farroupilha (1835-45). Muitos dos participantes ainda estavam vivos e alguns deles faziam parte do Instituto, como por exemplo, o sócio fundador Raimundo da Cunha Matos.

Interessante é um parecer da Comissão de História sobre um documento, ofertado ao Instituto pelo general José Inácio de Abreu e Lima (1796-1869), acerca da participação do então governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1748-1827) no conflito de 1817 em Pernambuco:

Conquanto um tal documento seja na verdade de muito preço, não convém todavia publicá-lo pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; e por isso a Comissão é de parecer que o sobredito documento seja guardado nos arquivos do Instituto até que todos os nomes nesse documento mencionados tenham comparecido perante o Tribunal da Posteridade¹⁴.

As três temáticas enfatizadas na *Revista*, quais sejam, indígenas, viagens exploratórias ao interior e história regional, indicam quais assuntos estavam em evidência à época. Com relação aos indígenas, muitas sociedades causaram grandes

¹³ Conferir: Revista do IHGB, 1857, Tomo XX; Revista do IHGB, 1862, Tomo XXV e Revista do IHGB, 1865, Tomo XXVIII. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

¹⁴ Ata da 29ª sessão, em 19/12/1839. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 379.

transtornos aos sertanistas que se aventuravam pelo interior. Já no primeiro Tomo da *Revista*, em 1839, aparece uma breve notícia sobre os índios cavaleiros, ou Guaikuru, uma descrição pormenorizada de seus costumes e as hostilidades que estes ofereciam aos portugueses¹⁵, assim como a notícia sobre os costumes dos índios Tupinambá no litoral¹⁶.

Faltava uma definição do Instituto referente aos indígenas. Se essas nações poderiam ser catequizadas, qual poderia ser a melhor forma para aproveitá-las como mão de obra e se a introdução dos escravos africanos no Brasil, nos termos do primeiro secretário perpétuo, “embaraçaria a civilização” dessas sociedades. O cônego Januário no mesmo texto, conclui que, de fato, *os negros servem de embaraço à civilização dos índios; e o que mais é, servem não pouco de retardar a nossa própria civilização*. Para o secretário, os indígenas só fugiam da catequização por medo de se tornarem escravos: *só pela catequese, se podem desentranhar os indígenas de suas matas e trazê-los aos primeiros caminhos da civilização*¹⁷.

As viagens de exploração ao interior mereceriam também destaque por parte da *Revista* no período. Era preciso conhecer os vastos territórios; delimitar as fronteiras, publicando na *Revista*, diários e descrições pormenorizadas sobre essas remotas regiões. Partindo desses esquadrinhamentos efetuados no território durante o século XVIII tentava-se legitimar divergências fronteiriças e mensurar o território no XIX.

A ênfase na história regional – entendendo o sentido de regional a representação da Corte sobre as diversas províncias do Império – justifica-se pela necessidade de integração territorial. A história regional seria então elaborada a partir do Rio de Janeiro, centro da Monarquia brasileira. O Instituto desenvolveu uma política de coleta de documentos no interior do Brasil e também no exterior, elegendo, de imediato, como sócios correspondentes os presidentes das províncias, assim como diplomatas brasileiros em diversos países, além de livre acesso aos ministérios imperiais.

¹⁵ IHGB, Francisco Rodrigues do Prado. *História dos índios cavaleiros ou da nação Guaykuru, escrita no Real Presídio de Coimbra ...– ano de 1795*. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 25-57.

¹⁶ IHGB, S/ autoria. *Descrição geográfica da América portuguesa... – 1587*. . Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 201-28.

¹⁷ IHGB, Januário da Cunha Barbosa. *Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização de nossos indígenas, etc*. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 159-72.

Deste modo, pode-se afirmar que predominava entre os intelectuais do IHGB, aliado ao projeto de nação por parte da Monarquia, o desejo de se construir uma “História”; absoluta, científica e moderna. Em si e para si; que rompesse com a historiografia antiga e medieval e as “histórias” dos tempos anteriores, designando assim um *singular coletivo*, nos termos de Reinhart Koselleck (2006), fundamentando a identidade da nação, visando, no plano interno, manter a unidade territorial e, no externo, legitimar a sua condição singular de governo monárquico em meio às Repúblicas.

Os eixos temáticos enfatizados pela *Revista* do IHGB trazem certa semelhança com um dos periódicos que circulou nos anos de 1813 e 1814 no Rio de Janeiro, então recém promovida à cabeça do Império colonial português. Trata-se do *Jornal O Patriota*, editado pelo militar e jornalista Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838).

Detectando algumas correspondências, sobre este periódico ao compará-lo com a *Revista* do IHGB, Manoel Salgado Guimarães (2006) observa que ele era impresso na capital pela Imprensa Régia, que fora criada em 13/05/1808, e subordinava-se à Secretaria de negócios Estrangeiros e da Guerra, nas mãos de Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), político de atuação destacada no processo de transferência da Corte lusitana e a sua implantação na colônia. Coutinho já havia presidido uma instituição em Portugal que era encarregada de assuntos de natureza literária: a Casa Literária do Arco do Cego, fundada em 1799 e que teve uma breve vida funcionando até 1801. O primeiro presidente do IHGB José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, trabalhou nessa instituição, seu primeiro posto após a conclusão de seus estudos em Coimbra.

O jornal *O Patriota* constituiu-se em um periódico oficial que trataria de dar visibilidade à Corte. Salgado Guimarães localiza algumas convergências entre os temas veiculados e os que irão aparecer na *Revista* do IHGB um quarto de século depois.

O artigo *Descrição geográfica da capitania de Mato Grosso*, publicado na *Revista* do IHGB em 1844, já aparecia em cinco números em sequência d’o *Patriota* no ano de 1813. Um outro texto, também sobre Mato Grosso, publicado em 1814, intitulado *História dos índios cavaleiros ou da nação Guaycuru* vai ser justamente o primeiro texto do passado colonial a ser selecionado pela *Revista* do IHGB, em 1839.

Fica evidente, portanto a preocupação do Instituto com os três temas que serão os mais veiculados em seu periódico: viagens ao interior, fronteiras e uma escrita histórica, cujo modelo havia sido estabelecido pelo naturalista Karl Friedrich Ph. von Martius (1794-1868) em 1843, quando foi lida a sua memória sobre o melhor plano de escrever a história do Brasil¹⁸.

Aliás, o concurso em que a Memória do botânico sagrou-se vencedora, julgada por uma comissão em 1847, além de ter sido lida na sessão de 17 de agosto de 1843, fora publicada na Revista em janeiro de 1845, antes da sua premiação em 1847. O mesmo não ocorreu com a do seu único concorrente, o cônsul geral da Rússia e também sócio, Henrique Julio de Wallestein (1790-1843)¹⁹.

O IHGB não seria, portanto, a primeira instituição a preocupar-se com fronteiras, indígenas e integração territorial. Tampouco o seu periódico foi o primeiro a circular na América portuguesa; mas certamente foi o primeiro a obter êxito no ambicioso projeto de construção nacional a partir do monopólio do saber historiográfico. Sua ligação com A Casa Literária do Arco do Cego, estaria na presença do Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do grêmio carioca. Percebemos ao ler o artigo de Salgado Guimarães, que vários dos assuntos veiculados em sua *Revista* seriam alguns relançamentos de artigos em circulação no jornal *O Patriota*.

O Instituto seria uma espécie de representante das Academias americanas setecentistas, como as Academias Brasília dos Esquecidos e a dos Renascidos, ambas fundadas em Salvador nos anos de 1724 e 1759, respectivamente. O presidente do IHGB, Fernandes Pinheiro na quarta sessão, em 04/02/1839 desenvolveu um trabalho abordando uma espécie de relação de continuidade do Instituto brasileiro com essas duas Academias, além de outras, como a dos Felizes, fundada no Rio de Janeiro em 1736 e a dos Seletos, fundada em 1752, na mesma cidade²⁰.

A Academia Brasília dos Acadêmicos Renascidos, fundada, no conturbado processo de expulsão dos jesuítas do Império português, teria como objetivo reunir

¹⁸ Ata da 110ª sessão, em 17/08/1843. RIHGB, 1843, Tomo V, p. 392.

¹⁹ Conferir os pareceres da Comissão julgadora composta por Thomaz Gomes dos Santos; Francisco Freire Allemão e Joaquim da Silveira na ata da 163ª sessão em 10/07/1847. Revista do IHGB, 1847, Tomo VIII, p. 279.

²⁰ IHGB, José Feliciano Fernandes Pinheiro. O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 61-76.

informações para a escrita de uma história da América portuguesa, empreendimento da Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720. Para a historiadora Iris Kantor, esta associação assumia uma feição geopolítica, na qual Portugal procurava municiar-se de documentação comprobatória através de uma política oficial de construção da memória histórica dos seus domínios ultramarinos. (KANTOR, 2004: 20). O programa histórico do Visconde de São Leopoldo traz, em anexo, algumas deliberações dos Renascidos, no sentido de coligir o material e a distribuição das tarefas para a escrita de uma *História Universal da América Portuguesa*. Há também algumas dissertações distribuídas entre os sócios as quais algumas delas iriam fazer parte dos programas históricos lidos nas sessões do Instituto no Rio de Janeiro.

Em 22 de fevereiro de 1846, morreria Januário da Cunha Barbosa, primeiro secretário perpétuo e chefe da comissão de redação do periódico do IHGB. O cônego certamente constituiu-se como um dos principais responsáveis pelo funcionamento do IHGB desde a sua fundação, definindo procedimentos metodológicos e selecionando trabalhos para publicação no periódico.

Podemos pensar, partindo do pressuposto das disputas acerca desses procedimentos sistematizados e de concepções de história, que os esforços para a construção da ordem discursiva no Instituto, expressos nas páginas da Revista, nos seus sete primeiros anos de existência certamente passava pelo aval ou veto do cônego.

Suas prescrições metodológicas acerca da escrita histórica seriam “sintetizadas” por Martius em sua Memória sobre o melhor plano de se escrever a história do Brasil, evidência de sua sincronia com as propostas predominantes do IHGB²¹.

Após a morte do primeiro secretário perpétuo, o Instituto entraria em um período de certa estagnação e a Revista iria sofrer sua primeira alteração: a partir de 1846, sairia do prelo o *Primeiro Tomo da Segunda Série*. Um primeiro ciclo que se encerra, um momento cuja prioridade absoluta foi o de abastecer com documentos, espalhados nas províncias e no exterior, a memória nacional. Caberia às próximas gerações do Instituto fixá-la.

²¹ IHGB, Carl Friedrich Phillip von Martius. *Dissertação: Como se deve escrever a história do Brasil*. Revista do IHGB, 1844, p. 381-403.

Fonte:

IHGB. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Revista do IHGB, tomos I a VIII – 1839-1846).

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de Teoria da História. Bauru: EDUSC, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-106.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org) **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003, p. 9-24.

_____. Entre as luzes e o Romantismo: as tensões sobre a escrita da história no Brasil oitocentista. In: _____ (org) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 68-85.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) **Nação e cidadania no Império**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

KANTOR, Íris. Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec, Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004

KOSELLECK, Reinhart. História, histórias e estruturas temporais formais & Representação, evento e estrutura. In: _____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006, p. 119-145.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora UNESP / Moderna, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.